

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
10ª Sessão Ordinária de 2024

Data: 18/06/2024

Hora: 09:00

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – Setor de Administração Federal Sul, Quadra 2, Lote 3 – Brasília/DF

PAUTA DESTA SESSÃO

PARTE I – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processo com Pedido de Vista

Pedido de Vista na 13ª Sessão Ordinária de 2023 (12/09/2023)

- 1) Pedido de Providências nº 1.01262/2022-78
Requerente: Claudinei Valdemar Galo
Advogados: Lazaro Tomaz de Lima – OAB/SP nº 163.73; José Carlos Nogueira – OAB/SP nº 110088
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Desrespeito ao princípio da segurança jurídica. Apuração com interpretações distintas referentes aos mesmos fatos. Prejuízos ao requerente para exercício de cargo em comissão na Secretaria de Transporte e Mobilidade Urbana no Município de Suzano, segundo Lei Municipal nº 4.612/2012. Procedimentos MP nº 43.0451.0001837/2019-6 e MP nº 14.0451.0002423/2021-2
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: São Paulo
Vista: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
Cons. Paulo Cezar dos Passos

Processos Remanescentes

Incluídos na Pauta da 3ª Sessão Ordinária de 2023 (14/03/2023)

- 2) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00483/2020-85
Requerente: Misael Silva Nogueira
Requeridos: Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Ministério Público do Estado do Amapá. Irregularidades no pagamento de auxílio saúde. Pagamento mediante comprovação de gastos. Pedido liminar.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Amapá
- 3) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00494/2020-83
Requerente: Misael Silva Nogueira
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Interessada: Associação Amazonense do Ministério Público
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Irregularidades. Pagamento. Auxílio Saúde. Proibição de penduricalhos e auxílios ao subsídio dos membros do Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Amazonas

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão Ordinária de 2023 (12/09/2023)

- 4) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00788/2022-40 (Recurso Interno)
Recorrente: Pedro Paulo Mendes Martins
Advogados: Luciana Alves de Lima Angelo – OAB/PR nº 56332; Luiz Eduardo Canto de Azevedo Bueno – OAB/PR nº 88950
Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Procedimento de impugnação de vitaliciedade de membro. Decisão do Colégio de Procuradores de Justiça. Determinação para reintegração do requerente ao cargo de Promotor de Justiça.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Paraná
- 5) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00613/2023-04
Requerente: Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público
Advogado: Fabio Fontes Estillac Gomez – OAB/DF nº 34.163
Requerido: Ministério Público da União
Objeto: Ministério Público da União. Procuradoria-Geral da República. Pedido de revisão da Portaria PGR/MPU nº 629, de 21 de novembro de 2011, para incluir entre os beneficiários do auxílio pré-escolar os dependentes que possuem deficiência motora. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 17ª Sessão Ordinária de 2023 (14/11/2023)

- 6) Proposição nº 1.00370/2023-04
Requerente: Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Estabelecimento de diretrizes e procedimentos sobre a cooperação entre os órgãos do Ministério Público e entre estes e outras pessoas, órgãos e instituições.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 3ª Sessão Ordinária de 2024 (12/03/2024)

- 7) Reclamação Disciplinar nº 1.00065/2023-21 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
Recorrente: Sigiloso
Advogados: Maria Luiza Rosa Diniz Rodrigues – OAB/DF nº 56530; Michelangelo Cervi Corsetti – OAB/DF nº 53486
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Andre Fonseca Roller – OAB/DF nº 20.742; Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF nº 34.673
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Goiás

Incluído na Pauta da 5ª Sessão Ordinária de 2024 (16/04/2024)

8) Proposição nº 1.00997/2023-00

Requerentes: Moacyr Rey Filho; Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Recomenda diretrizes para o desenvolvimento, implementação e uso seguro e responsável de ferramentas de Inteligência Artificial Generativa no âmbito do Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Fernando da Silva Comin
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 6ª Sessão Ordinária de 2024 (30/04/2024)

9) Conflito de Atribuições nº 1.00438/2024-90

Requerente: Procuradoria da República – Pará/Castanhal
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Pará. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.23.002.000156/2024-04 (176-158/2023 MPE/PA). Acompanhamento junto à Prefeitura de Faro/PA da execução dos contratos administrativos provenientes do procedimento licitatório nº 2023/11. Aplicação de recursos federais transferidos a título de complementação (Fundo Municipal de Educação e Fundo Municipal de Saúde).
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Pará

Incluídos na Pauta da 7ª Sessão Ordinária de 2024 (14/05/2024)

10) Conflito de Atribuições nº 1.00228/2024-75

Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Promotoria de Justiça de Joaquim Távora. Autos nº 0002101-74.2023.8.16.0102. Ministério Público do Estado de São Paulo. Promotoria de Justiça de Fartura. IP 2123396-29.2021.120120. Processo nº 1500288-60.2021.8.26.0187. Conflito Negativo de Atribuições. Apura crimes de adulteração de sinal identificador e de receptação de motocicleta.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: São Paulo

11) Reclamação Disciplinar nº 1.00284/2024-28

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Goiás
Advogados: Tarcisio Vieira de Carvalho Neto – OAB/DF nº 11.498; Luiz Fernando Matias e Silva – OAB/DF nº 78702
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Goiás; Ministério Público do Estado de Goiás; Marília Gabriela Gil Brambilla
Advogada: Gabriela Nehme Bemfica – OAB/DF nº 32.151
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Goiás.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Goiás

Incluídos na Pauta da 8ª Sessão Ordinária de 2024 (28/05/2024)

12) Reclamação Disciplinar nº 1.00028/2023-04 (Recurso Interno)

Recorrente: Instituto Cidade Legal
Advogados: Hilton Cleber dos Santos – OAB/MG nº 132536; Andreia Mendes Silva – OAB/DF nº 48518; Luiz Viana Queiroz – OAB/DF nº 55653; Renata Alvarenga Fleury Ferracina – OAB/DF nº 24038; Luma Teixeira Marques – OAB/DF nº 66678
Recorridos: Membro e Servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Advogados: Leonardo Militão Abrantes – OAB/MG nº 77154; Juliana Lemos Costa – OAB/MG nº 118956
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro e servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Minas Gerais

13) Proposição nº 1.00206/2024-79

Requerente: Rogério Magnus Varela Gonçalves
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Institui o Cadastro Nacional de Casos de Violência contra Criança e Adolescente.
Relator: Cons. Fernando da Silva Comin
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 9ª Sessão Ordinária de 2024 (11/06/2024)

14) Proposição nº 1.00393/2019-23

Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Modifica o § 3º, acrescenta o § 4º e renumera os antigos §§ 4º e 5º do art. 77 do RICNMP.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Distrito Federal

- 15) Proposição nº 1.00121/2023-64
Requerente: Ângelo Fabiano Farias da Costa
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Alteração dos arts. 77 e 90, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração do prazo de conclusão do Processo Administrativo Disciplinar e o termo inicial do prazo prescricional.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Distrito Federal
- 16) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00231/2023-44
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Advogados: Antonio Pedro Machado – OAB/DF nº 52.908; Shelly Giuleatte Pancieri – OAB/DF nº 59.181; Thiago Fernandes Boverio – OAB/DF nº 22.432
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Reclamação Disciplinar n.º 1.00974/2022-51. Entrevista televisiva na qual se criticou decisão adotada pelo Tribunal Superior Eleitoral, no sentido de se determinar que o eleitor deva entregar o seu aparelho de telefonia celular ao mesário antes de proceder à votação.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: São Paulo
- 17) Proposição nº 1.00601/2023-52
Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Disciplina a atuação do Ministério Público brasileiro no velamento das Fundações de direito privado.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Distrito Federal
- 18) Pedido de Providências nº 1.00293/2024-19
Requerentes: Associação Catarinense de Conselheiros Tutelares; Fórum Colegiado Nacional de Conselheiros Tutelares – FCNCT; Graziela Cristina Luiz Damaceno Gabriel
Advogados: Elias Guilherme Trevisol – OAB/SC nº 29.078-A; Tatiane Jaskiu da Silva – OAB/SC nº 65.466-A
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Alegação de que Conselheiros Tutelares estão sendo demandados a atuarem exercendo a função de Auditores Fiscais do Trabalho.
Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
Origem: Distrito Federal
- 19) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00371/2024-58
Requerente: Klecyus Weyne de Oliveira Costa
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Interessado: Jucelino Oliveira Soares
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Procedimento de Gestão Administrativa Nº 09.2024.00011309-3. Edital nº 130/2023 – Promoção por Merecimento. Requer suspensão da decisão proferida na 1ª Sessão Extraordinária do Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Ceará e suspensão do ato de posse e do exercício dos Promotores de Entrância Final, promovidos na 3ª Sessão Extraordinária de 2024 do CSMP/MPCE. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Ceará

20) Conflito de Atribuições nº 1.00419/2024-55

Requerente: Ministério Público do Estado de Alagoas
Requerido: Procuradoria da República – Alagoas/União dos Palmares
Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. 1ª Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos. Processo nº 02.2023.00007728-7. Ministério Público Federal no Estado de Alagoas. NF 1.11.000.0001236/2018-61. NF 1.11.000.0000507/2018-61. Conflito Negativo de Atribuições. Trata-se do acompanhamento do Termo de Ajustamento de Conduta, celebrado entre o Ministério Público Federal e o Município de Jequiá da Praia, em razão do recebimento e aplicação de valores retroativos do FUNDEF em ações relacionadas à educação básica. Recursos provenientes do Precatório Judicial nº 162034/AL.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Alagoas

21) Conflito de Atribuições nº 1.00444/2024-10

Requerente: Procuradoria da República – Amazonas
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Amazonas. Ministério Público do Estado de Rondônia. Conflito negativo de atribuições. Procedimento JF-RO-INQ-1016976-50.2022.4.01.4100. Autos nº 1014483-21.2021.4.01.3200. Apuração de autoria e materialidade de supostos crimes do art. 2º, da Lei 8.176/91 e do art. 55, da Lei nº 9.605/98, em razão da extração ilegal de cascalho consubstanciado em 15 (quinze) m3 de cascalho extraídos de 1 (um) hectare em Porto Velho/RO.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Rondônia

22) Conflito de Atribuições nº 1.00480/2024-84

Requerente: Procuradoria da República – Goiás/Aparecida de Goiânia
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Goiás. Ministério Público do Estado de Goiás. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.18.000.000540/2024-89. Inquérito Civil Público nº 23/2022. Apuração de supostas irregularidades na execução do Contrato nº 41/2016, firmado entre a então Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação de Goiás – SED e a empresa CPM Construtora Ltda. Execução de serviços de consultoria do programa “Água para Todos”.
Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
Origem: Goiás

23) Proposição nº 1.00489/2024-77

Requerente: Rogério Magnus Varela Gonçalves
Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação que “estabelece diretrizes sobre a atuação integrada do Ministério Público para prevenção, resposta e repressão às situações de violência escolar, bem como para a reparação às vítimas diretas e indiretas de ataques às unidades de ensino”.
Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
Origem: Distrito Federal

- 24) Conflito de Atribuições nº 1.00533/2024-58
Requerente: Procuradoria da República – Bahia
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.14.010.000122/2024-11. Representante que solicita medicamentos de forma contínua e relata não possuir meios de adquiri-los. Secretaria Municipal de Saúde de Guaratinga/BA.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Bahia
- 25) Conflito de Atribuições nº 1.00554/2024-09
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. 31ª Promotoria de Justiça da Capital. Autos nº 0002562-89.2024.8.26.0050. Ministério Público do Estado do Ceará. 87ª Promotoria de Justiça de Fortaleza. MP nº 08.2022.00035978-7. Judiciário nº 0206018-42.2022.8.06.0001. Conflito Negativo de Atribuições. Apura possível crime de extorsão, mediante fraude e grave ameaça, que induziu a vítima, domiciliada no Estado de São Paulo, a realizar transferência bancária para conta de agência localizada em Fortaleza/CE.
Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
Origem: Ceará
- 26) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00555/2024-54 (Recurso Interno)
Recorrente: Leonardo Rodrigues Arruda Coelho
Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Concurso Público para ingresso na Carreira. Provedimento de cargos de Promotor de Justiça. Determinação para reclassificação correta do requerente, conforme sua pontuação constante no edital nº 40. Convocação da terceira turma de aprovados. Pedido liminar.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Ceará
- 27) Conflito de Atribuições nº 1.00564/2024-45
Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Mato Grosso do Sul. Ministério Público do Estado de São Paulo. Protocolo Unificado MPMS nº 02.2024.00051457-0. Execução de multa penal em decorrência de condenação pelo crime de tráfico de drogas. 3ª Promotoria de Justiça Criminal de Corumbá/MS. 1ª Promotoria de Justiça Criminal de São Paulo/SP.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Mato Grosso do Sul
- 28) Conflito de Atribuições nº 1.00569/2024-13
Requerente: Procuradoria da República – Espírito Santo/Serra
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Espírito Santo. Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.17.000.001099/2024-90. Procedimento GAMPES nº 2024.0008.6961-8. Apuração de suposto desvio de finalidade do Serviço Social da Indústria – SESI, em razão de desempenhar serviços com procedimentos especializados em saúde e de bombeiros civis ligados à urgência e emergência (análogo ao SAMU 192 e Bombeiro Militar).
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Espírito Santo

- 29) Conflito de Atribuições nº 1.00578/2024-04
Requerente: Ministério Público do Estado do Ceará
Requerido: Procuradoria da República – Ceará/Maracanaú
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Público Federal. Notícia de Fato nº 1.15.000.002358/2023-93 (02.2023.00051286-7). Apuração de possível desvio de verbas públicas praticados por prefeito de Santana do Acaraú, relativo a produtos comprados com verbas do FUNDEB.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Ceará
- 30) Conflito de Atribuições nº 1.00580/2024-10
Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Norte/Ceará-Mirim
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Norte. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.28.000.000554/2024-56. Notícia de Fato nº 02.23.2619.0000004/2024-91. Apuração da existência de ocupação irregular em Área de Preservação Permanente – APP de falésia. Município de Tibau do Sul/RN.
Relator: Cons. Fernando da Silva Comin
Origem: Rio Grande do Norte
- 31) Conflito de Atribuições nº 1.00586/2024-41
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Procuradoria da República – São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público Federal. Autos nº 1019106-72.2023.8.26.0050. Possível prática do crime de falsidade ideológica, em face de pessoa jurídica aberta a partir de dados de cidadã residente de Minas Gerais.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: São Paulo

PAULO GUSTAVO GONET BRANCO
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público